

Comunicações Coordenadas

Dia 14/07/2010 - apresentação oral

Acessibilidade Tátil e Inclusão de deficientes visuais nos museus de Arte

Juliana de Moura Quaresma Magalhães

Juliana Magalhães é bolsista

PIBIC/UFRJ/CNPQ

Orientadora: Virgínia Kastrup

Instituto de Psicologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

NUCC Núcleo de Pesquisa Cognição e Coletivos.

*Projeto: Práticas artísticas e construção da cidadania
com pessoas deficientes visuais.*

Apoio FAPERJ

Atualmente, é quase um consenso que as pessoas com deficiência visual têm o direito de realizar visitas a museus de arte e usufruir de suas obras. No entanto, ainda não se sabe muito bem como tornar concreto este direito. Parte desta dificuldade reside na proibição do toque nas obras, fundamentada no argumento corrente de que o toque danifica o acervo dos museus. O objetivo deste trabalho é apontar que a questão da acessibilidade de pessoas cegas requer uma discussão mais profunda e complexa acerca do toque nas obras de arte. Buscaremos argumentar, fundamentados em autores que hoje se ocupam deste tema, que há diversos outros motivos, além do dano das obras, que sustentam sua proibição. Também procuraremos sublinhar a importância do acesso tátil para a construção de uma acessibilidade de qualidade para as pessoas com deficiência visual.

Para Classen (2007) existem consideráveis evidências de que os primeiros museus europeus disponibilizavam seu acervo ao toque do público e de que a proibição do toque emergiu apenas no princípio do século XIX. Este é o momento em que os museus se tornaram

públicos. Com a expansão do público, foi considerado que seria inviável permitir o acesso físico às obras e o toque foi banido dos museus. As classes economicamente mais favorecidas sempre tiveram acesso tátil às obras, sem que a questão do dano fosse colocada. Em contraponto, o toque das classes mais baixas foi considerado como desregrado e portador de sujeira. Mesmo com o toque proibido ao público em geral, o final dos dias era reservado ao toque de artistas e da elite.

Candlin (2004) aponta que o maior motivo para se restringir o acesso ao toque dos cegos não é que este pode danificar as peças, mas o medo de que o vasto público vidente sintasse também no direito de tocar. Por outro lado, a questão em jogo não é apenas o potencial danificador do toque, mas o valor atribuído a quem toca. O toque é hierarquicamente condicionado e condicionante. Um sujeito toca aquilo sobre o que tem relativo poder; ao mesmo tempo, o ato de tocar estabelece seus direitos sobre o objeto. Assim, por exemplo, o dano provocado pelo toque dos curadores não é colocado em questão, como se o toque destes *experts* fosse neutro.

Pye (2007) argumenta que a disponibilização das obras à apreciação visual envolve riscos de danos pelos efeitos da luz, mas como a visão é o modo dominante de se experienciar os objetos, estes riscos são considerados aceitáveis. Os riscos decorrentes de empréstimos de peças de uma instituição para outra, com o grande potencial de dano do transporte e mesmo da exposição do objeto a diferentes climas, também são tolerados, porque se considera importante a ampliação do acesso do acervo a outras audiências. No caso do acesso tátil às obras de arte, entretanto, comumente a proibição se dá de modo a priori, sem que os custos e benefícios sejam pesados.

Geisbusch (2007) afirma que o toque funciona de forma recíproca: ao mesmo tempo em que um visitante toca em uma peça, ele é tocado por ela, o que torna porosa a divisão entre sujeito e objeto. O toque não apenas suscita conhecimentos racionais, mas também possibilita a experiência estética, precipita curiosidade, investigação, desejo e engajamento com os objetos. Suscita, por exemplo, a conexão e

identificação com os proprietários originais ou criadores, a emoção de tocar em um objeto bem antigo e o gosto por saber se a peça é original ou réplica. O toque anima o passado, o objeto, e, conseqüentemente, o visitante. (Candlin, 2008b). Em suma, a disponibilização de obras de arte à fruição tátil é uma das questões a ser enfrentada pela agenda das políticas de acessibilidade, que é um ponto fundamental na construção de um museu para todos.

Bibliografia:

CANDLIN, Fiona. “Don’t touch! Hands Off! : art, blindness and the conservation of expertise”. In: *Body & Society*, v.10, p.71-90, 2004.

_____. “Museums, Modernity and the Class Politics of Touching Objects”. In: Helen J. Chatterjee (ed.). *Touch in Museums: policy and practice in object handling*. New York: Berg, 2008 a.

_____. “Touch and the limits of the Rational Museum or Can matter think?” In: *Senses and Society*. UK, 2008 b, vol. 3, ed. 3, p 277 – 292.

CLASSEN, Constance. “Museum manners: the sensory life of the early museums.” In: *Journal of Social History*, v. 40, 2007.

GEISBUSCH, Jan. “For your eyes only? The magic touch of relics.” In: *The Power of Touch: handling objects in museum and heritage contexts*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

PYE, Elizabeth. “Understanding objects: the role of touch in conservation.” In: *The Power of Touch: handling objects in museum and heritage contexts*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.